

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ÍNDIOS SURDOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA<sup>1</sup>

Edielso Manoel Mendes de Almeida  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Lindomar Lili Sebastião  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

**RESUMO:** Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica referente à inclusão de índios surdos no processo de aprendizagem em escolas de educação básica. O objetivo foi realizar um levantamento e dar visibilidade as práticas desenvolvidas em algumas regiões do Brasil referente à inclusão de alunos índios surdos na educação formal, especificamente os anos iniciais e finais do ensino fundamental. O método utilizado foi o dialético que implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. A pesquisa foi realizada em artigos publicados em revistas especializadas, relato de experiências publicadas em revistas na área de educação, dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no período de 2008 a 2015. Os dados foram analisados a partir das categorias inclusão e aprendizagem, tendo como base o método e o referencial teórico adotado, para discutir identidades Souza (2004); educação inclusiva Mantoan (2010); educação intercultural Fleuri (2013); surdez a Língua Brasileira de Sinais Perlin (2008) e Quadros (2009). Os resultados mostram que há sinais compartilhados pelos surdos nas aldeias, que são por eles criados e que fazem parte da sua própria Língua, embora ainda não estudados linguisticamente, os surdos fazem dela sua comunicação e, sendo assim, sua diferenciação enquanto cultura. Conclui-se que é necessário identificar os elementos culturais que constituem a identidade dos índios-surdos, bem como os contextos em que emergem os sinais linguísticos surdos próprios à cultura e como se legitimam e entrelaçam com a Língua de Sinais Brasileira, pois os estudos apontam que há sinais compartilhados pelos surdos nas aldeias e que, enquanto educadores, precisamos conhecê-los para melhorar a comunicação e levar os surdos a avançar na aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

Palavras-Chave: Índio. Inclusão. Educação.

## **1 INTRODUÇÃO**

A inclusão de alunos índios surdos na sala de aula comum testemunham os desafios enfrentados no processo de inclusão, pois, além da deficiência, abrange línguas diferentes. O processo de ensino bilíngue (LIBRAS – Língua Portuguesa), natural na educação inclusiva de pessoas com surdez, transforma-se em ensino trilíngue (LIBRAS, Língua Indígena e Língua Portuguesa). Além disso, soma-se nessa diversidade a necessidade de conquista, de resgate da autoestima, de conscientização de que todo ser humano é capaz de aprender e de se desenvolver intelectualmente por meio da estimulação dos sentidos remanescentes e emprego de outros códigos que não aqueles convencionais e convencionados no meio dito “normal”, isso torna o processo ensino-aprendizagem, particularmente na Educação Escolar Indígena, desafiador.

Com o intuito de dar visibilidade as práticas de inclusão de índios-surdos na escola de educação básica, realizamos um estudo das experiências desenvolvidas em algumas regiões do nosso país, práticas que foram publicadas em revistas especializadas, sites de universidades, dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no período de 2008 a 2015.

## **2 OBJETIVOS DO TRABALHO**

A pesquisa teve como objetivos:

- Realizar um levantamento de práticas desenvolvidas em algumas regiões do Brasil referente a inclusão de alunos índios surdos na educação formal, especificamente os anos iniciais e finais do ensino fundamental.
- Analisar as diferentes práticas de inclusão dos alunos surdos na escola de educação básica a partir dos contextos históricos, sociais e culturais das etnias envolvidas.

## **3 METODOLOGIA**

Realizamos uma pesquisa bibliográfica que implica em um conjunto ordenado de procedimentos de acordo com o nosso objeto de estudo, no caso a inclusão de alunos índios surdos. De acordo com Boccato (2006, p. 266),

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o

conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Assim a pesquisa bibliográfica caracteriza-se por ser um trabalho investigativo minucioso em busca do conhecimento e fase inicial de toda investigação. Ao fazer a revisão da literatura referente ao objeto de estudo, aprofundamos nosso aprendizado referente à educação especial indígena, bem como a identificação e seleção dos métodos e técnicas mais adequados para a pesquisa.

O método utilizado foi o dialético que implica sempre em uma revisão, reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo, assim como considera que os fatos não podem ser analisados fora de um contexto social, no caso deste estudo as aldeias indígenas; as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que requerem soluções, pois segundo Kosik (1976, p.15) “O ‘horizonte’ – obscuramente intuído – de uma realidade indeterminada como todo constitui o pano de fundo inevitável de cada ação e cada pensamento, embora ele seja inconsciente para a consciência ingênua.”

Desta maneira, a dialética se propõe a compreender a “coisa em si”, partindo de uma visão da realidade que concebe a totalidade como dinâmica e em constante construção social, assim a dialética rompe com a pseudoconcreticidade, por expor as tramas que relacionam a essência ao fenômeno, sabe-se que a realidade social se materializa através das condições de produção e reprodução da existência social das pessoas marcada pela luta de classes, destarte:

O mundo real não é, portanto, um mundo de objetos ‘reais’ fixados, que sob o seu aspecto fetichizado levem uma existência transcendente como uma variante naturalisticamente entendida das ideias platônicas; ao invés, é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social. [...] Ao contrário do mundo da pseudoconcreticidade, o mundo da realidade é o mundo da realização da verdade, é o mundo em que a verdade não é dada e predestinada, não está pronta e acabada, impressa de forma imutável na consciência humana: é o mundo em que a verdade devém. Por esta razão a história humana pode ser o processo da verdade e a história da verdade. A destruição da pseudoconcreticidade significa que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza. (KOSIK, 1976, p.19)

O método dialético traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo

na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão.

O levantamento bibliográfico foi realizado tendo como fontes: artigos publicados em revistas especializadas, relato de experiências publicadas em revistas na área de educação, dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no período de 2008 a 2015. As publicações foram agrupadas em categorias que auxiliaram na análise dos dados.

Os dados foram analisados a partir das categorias inclusão e aprendizagem, tendo como base o método e o referencial teórico adotado, para discutir cultura dialogamos com Souza (2004) para o qual consiste,

No projeto pós-colonial, em oposição ao conceito dominante de cultura como algo estático, substantivo e essencialista, a cultura passa a ser vista como algo híbrido, produtivo, dinâmico, aberto, em constante transformação; não mais um substantivo, mas um verbo, “uma estratégia de sobrevivência”. E essa estratégia de sobrevivência é tanto transnacional quanto tradutória (SOUZA, 2004. p.125).

No tocante a educação inclusiva, partimos da concepção apresentada por Mantoan (2010), segundo a autora o objetivo da inclusão escolar é revolucionar a educação, para que a escola possa ser espaço de formação e ensino de qualidade para todos os alunos de acordo com as peculiaridades de cada um. Sendo assim:

A inclusão implica mudança de paradigma, de conceitos e posições, que fogem às regras tradicionais do jogo educacional, ainda fortemente calcadas na linearidade do pensamento, no primado do racional e da instrução, na transmissão dos conteúdos curriculares, na seriação dos níveis de ensino. (MANTOAN, 2010, p. 45).

Em relação a educação intercultural nos serviu de base as reflexões de Fleuri (2013) ao afirmar que a educação intercultural emerge como uma necessidade, porque leva em consideração não apenas a diversidade cultural brasileira, mas chama a atenção para o reconhecimento do outro em sua alteridade e sua identidade, lutando contra a exclusão social, incentivando a interação, reciprocidade e acolhimento entre grupos sociais distintos.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O bilinguismo no Brasil começa a fazer parte das discussões a partir da década de oitenta, quando os Linguistas brasileiros começaram a se interessar pelo estudo da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), bem como as contribuições para a educação do surdo. As pesquisas de Brito (2003) sobre a Língua Brasileira de Sinais orientada pelo

padrão internacional de abreviação das Línguas de Sinais deram início aos estudos nessa área. A LIBRAS foi denominada pela pesquisadora de Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB) para diferenciá-la da Língua de Sinais Kapor Brasileira (LSKB), utilizada pelos índios Urubu-Kapor no Estado do Maranhão.

Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais. (FLEURI, 2013, p.77).

Esse sistema de significados compõem a LIBRAS, abreviatura criada pela própria comunidade surda para designar a LSCB, concebida como sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria oriunda da comunidade de pessoas surdas do Brasil. Dessa maneira, o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão, nos cursos de formação em educação especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da LIBRAS, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Nesse sentido, podemos pensar a Língua enquanto cultura, e a cultura como movimento, construção híbrida numa visão pós-colonial (BHABHA, 2005).

Em termos legais, o ensino intercultural e bilíngue na educação escolar indígena foi instituído pela Constituição Federal de 1988, desta forma a educação diferenciada com a valorização das línguas e culturas locais é garantida constitucionalmente. Apoiados na lei máxima do país, outros documentos legais também asseguram esses direitos tais como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Parecer 14/99 – CNE, Resolução 03/99 – CNE e Decreto Presidencial 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Mesmo com todo esse aparato legal, de acordo com as pesquisas realizadas há dificuldades para que as escolas de fato contemplem uma Educação Intercultural e Bilíngue de qualidade.

A qualidade não só no sentido restrito do domínio de competências convencionais (ler, escrever, calcular, definir, conceituar), mas, principalmente, a qualidade no sentido de promover a reflexão sobre sua identidade num contexto de forte interação intercultural e de construção de alternativas que possam *sustentar* a sua diferença, ao mesmo tempo em que lhes permita viver dignamente na complexidade que a contemporaneidade lhes impõe (NASCIMENTO, 2005, p. 14).

A qualidade também perpassa por questões complexas como *identidade* e a língua enquanto *marca de um povo* que necessariamente precisam ser levadas em

consideração quando se trata da educação escolar indígena. Em um dos trabalhos investigados a pesquisadora faz uma pergunta comum, mas em se tratando de povos indígenas causa espanto.

Existem surdos indígenas?!”Ao que parece, os indígenas vistos aqui como um povo à parte de qualquer outra característica que não lhes é inerente. Sim, existem surdos indígenas no município de Ipuçu, oeste de Santa Catarina: surdos Kaingang, os quais estão estudando numa turma Bilíngüe, Multisesriada, alguns na 6ª série do Ensino Fundamental com o intérprete em sala de aula, outros trabalhando na aldeia e alguns quase abandonados pelos familiares, na própria comunidade. Os surdos indígenas existem, não só no Oeste de Santa Catarina, em Ipuçu, mas também em outras aldeias de Santa Catarina e em outros estados do Brasil, como os do Mato Grosso do Sul. (GIROLETTI, 2008, p. 23)

Comprovadamente, os índios surdos estão nas aldeias espalhadas pelo país, e como todo cidadão brasileiro tem direito a educação de acordo com as suas especificidades e necessidades. O espanto, afirma a citada autora, pela existência desses surdos não aparece apenas nas pessoas alheias ao processo, mas também naquelas que estão no contexto, isto é, na aldeia e nos órgãos responsáveis pela educação indígena dos Estados e dos Municípios.

Diante desta constatação, resolvemos fazer um estudo referente as pesquisas já realizadas que abordam a inclusão no processo de aprendizagem dos alunos índios surdos nas escolas indígenas das diversas regiões do Brasil. Os resultados indicaram que:

- Há sinais compartilhados pelos surdos nas aldeias, que são por eles criados e que fazem parte da sua própria Língua. Embora ainda não estudados linguisticamente, os surdos fazem dela sua comunicação e, sendo assim, sua diferenciação enquanto cultura;
- O exemplo disso são os sinais de mãe, pai, avó, avô, filho, filha, morte, sentar, família entre outros. O mais importante é que o indivíduo, ao refletir em/na linguagem, seja capaz de reconhecer a sua própria historicidade;
- Neste contexto, os surdos não ficaram somente com a Língua de Sinais Brasileira como uma Língua única e verdadeira, mas, com base nela, eles conseguiram fazer o entrelaçamento e surgir um novo jeito de sinalizar;
- Os Sinais e a Língua de Sinais Brasileira, entrelaçados, explicitam que de fato o hibridismo ocorre, não somente através da comunicação, mas nesta relação de identificação cultural. O Surdo-Índio, que até então não sabia a Língua de Sinais

Brasileira, quando do contato, da aquisição e assimilação, passou a ressignificar este jeito de se comunicar, passando-o a sua própria linguagem;

- A sobrevivência dos sinais compartilhados pelos surdos nas aldeias vai depender de uma política linguística que incentive a sua manutenção e das condições sociais, como o contato entre os surdos, pois é da natureza desse tipo de expressão se misturar a outras e caminhar para uma consolidação cada vez mais complexa ou morrer.

## 5 CONCLUSÕES

A pesquisa possibilitou inferir que se faz necessário identificar os elementos culturais que constituem a identidade dos índios-surdos, bem como os contextos em que emergem os sinais linguísticos surdos próprios à cultura e como se legitimam e entrelaçam com a Língua de Sinais Brasileira, pois os estudos apontam que há sinais compartilhados pelos surdos da comunidade e que, enquanto educadores, precisamos conhecê-los para melhorar a comunicação e levar os surdos a avançar na aprendizagem.

Assim, é fundamental que se considere esses modos de comunicação como um elemento cultural, mesmo que ainda não se saiba o seu grau de complexidade e elaboração dos signos, o que está em jogo nesse caso, é a identidade de um povo, contida nas marcas típicas de sua expressão oral ou não.

Desta maneira, o reconhecimento das diferenças como alteridade, requer uma visão de cultura, de povo, de língua e de humano que supere a lógica bipolar que ao longo da história tem servido como chave de interpretação das relações interculturais.

## REFERENCIAS

AZEVEDO, M. J. S. **Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-Mawé na microrregião de Parintins**. Dissertação (mestrado em Letras e Artes) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2015.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 3. ed., Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

FLEURI, R. M. **Introdução conceitual: educação para a diversidade e cidadania**. Florianópolis: MOVER/NUP/CED/EAD/UFSC, 2013.

**O fim do isolamento dos índios surdos.** Planeta Sustentável. Disponível em: <[http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/conteudo\\_264628.shtml](http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/conteudo_264628.shtml)>. Acesso: 23 de abril de 2016.

GIROLETTI, M F P. **Cultura surda e educação escolar kaingang.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Paraná, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 2 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?** Rio de Janeiro: Summus Editorial, 2010.

NASCIMENTO, Adir Casaro; AGUILERA, Antonio H. Urquiza. **Sustentabilidade e educação** escolar indígena. *In:* Congresso Internacional de Educação UNISINOS, 4, ANAIS. Porto Alegre: s.n., 2005.

SANTOS, I M C. **O acesso do surdo ka'apor em sua comunidade indígena à educação:** uma discussão de inclusão. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/o-acesso-do-surdo-ka%E2%80%99apor-em-sua-comunidade-indigena-a-educacao-uma-discussao-de-inclusao.pdf>>. Acesso: 26 de maio de 2016.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin (Org). **Margens da cultura:** mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

SUMAIO, P. A. **Sinalizando com os Terena:** um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos. Dissertação (mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) Unesp/Araraquara. São Paulo, 2014.

VILHALVA. S. **Índios Surdos:** Mapeamento das Línguas de Sinais do Mato Grosso do Sul. Matogrosso: Arara, 2012